



**LEI ORDINÁRIA Nº 849 DE 13 DE AGOSTO DE 2025**

**PUBLICADO**  
Em 13 / 08 / 25  
[Assinatura]

*Dispõe sobre a fixação do valor máximo das Requisições de Pequeno Valor – RPV, no âmbito do Município de Arapuá/MG, nos termos do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Arapuá, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:

**Art. 1º** Os débitos ou obrigações de pagar quantia certa pela Fazenda Pública Municipal de Arapuá/MG, resultantes de decisão judicial transitada em julgado, considerados de pequeno valor, serão pagos independentemente de precatório, mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos desta Lei.

**§1º** Considera-se de pequeno valor, para fins desta Lei, o crédito cujo montante não ultrapasse o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por beneficiário.

**§2º** O valor referido no § 1º poderá ser atualizado anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, por meio de Decreto do Poder Executivo.

**Art. 2º** Os pagamentos de RPVs serão realizados diretamente pela Secretaria Municipal de Governança, Planejamento e Orçamento, conforme a ordem cronológica de apresentação dos ofícios requisitórios, e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município de Arapuá/MG.

**Art. 3º** Terão preferência no pagamento das RPVs os créditos de natureza alimentar pertencentes a idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, ou a portadores de doenças graves, devidamente comprovadas na forma da legislação federal aplicável.

**Art. 4º** É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento indevido como RPV, nos termos do § 8º do art. 100 da Constituição Federal.

**Parágrafo único** – O credor poderá, entretanto, renunciar expressamente ao valor excedente, para efeito de recebimento mediante RPV.

**Art. 5º** As disposições desta Lei não se aplicam a créditos oriundos de cessão ou transferência de titularidade, salvo se já homologadas judicialmente e com expressa aceitação da Fazenda Pública.



# ARAPUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

GESTÃO 2025/2028

**Art. 6º** O limite fixado nesta Lei somente se aplicará às sentenças judiciais cuja liquidação ocorra após sua publicação, não retroagindo a execuções ou liquidações em curso.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, previstas na lei orçamentária anual.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arapuá, 13 de agosto de 2025.

Emílio dos Santos Boaventura Gondin  
Prefeito Municipal

PUBLICADO

Em 13 / 08 / 25